

ÁFRICA, 1963

NA GUERRA, NÃO HÁ SUBSTITUTO PARA A VITÓRIA

Depois das acções de terrorismo desencadeadas contra a presença portuguesa em Angola, em 1961, a insurreição vai estender-se a outras parcelas ultramarinas. Na Guiné, apesar de vários actos de terrorismo isolados, ocorridos desde 1961, só a partir de 1963 pode afirmar-se que o PAIGC¹ inicia a guerrilha contra as forças portuguesas, após o ataque ao quartel de Tite (23 de Janeiro). Em Moçambique, a primeira acção da FRELIMO² materializa-se a 25.09.1964, num ataque contra o Posto Administrativo do Chai, na região do planalto dos Macondes.

Com o decorrer dos anos, a guerra vai tornar-se uma verdadeira «Instituição». Ao entusiasmo sentido pelas tropas em 1961 — vencer a guerra, rapidamente, e regressar a casa em triunfo será sempre a mola principal do ânimo de qualquer força combatente — vai suceder-se o espírito de rotina em que se contam os dias que faltam para o regresso à metrópole. A palavra *vitória* desaparece do vocabulário dos combatentes. Na guerra, todavia, «não pode haver substituto para a vitória», como afirmou lapidariamente, em 1953, o general Douglas MacArthur.³ A ausência de espírito de vitória no seio das tropas combatentes era já mais de meio caminho andado para o inevitável insucesso da política portuguesa em África. Em carta datada de 12 de Março de 1963, a propósito da situação em Angola, escrevia Jorge Jardim para Salazar:

Vive-se na mais completa desorientação e na mais total falta de confiança no futuro da Província, em resultado da descrença na acção do Governo. [...] Enquanto que em 1961 havia decisão nos espíritos para vencer uma guerra que segundo certos padrões era tecnicamente insustentável, acontece que em 1963, perante uma situação tecnicamente muito mais favorável, a desorientação pode encaminhar-nos para um desastre de fundo acentuadamente psicológico.

Mais adiante, Jorge Jardim censura a postura rotineira do dispositivo militar e acrescenta:

...e seriam sobretudo dispensáveis os desabafos de altas patentes quanto à ânsia de se verem livres «disto» como se de fardo incómodo se tratasse o desempenho de tal missão de soberania. Pelo menos isto contagia e desmoraliza os subordinados.⁴

Estas palavras de Jorge Jardim, escritas onze anos antes do *25 de Abril*, permitem rebater algumas teses surgidas após aquela data, segundo as quais a *revolução dos cravos* fora obra de um punhado de «capitães comunistas», à revelia dos sentimentos dominantes nas Forças Armadas. Entre os autores deste tipo de argumentação encontram-se, inclusivamente, historiadores de renome, como é o caso de Joaquim Veríssimo Serrão. Segundo este ilustre mestre...

...desde os anos 60 que o Governo tinha conhecimento da constante infiltração de jovens de formação progressista na Academia Militar e nos seminários, o que obedecia a um plano a longo prazo de sabotar o regime.⁵

¹ Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde.

² Frente de Libertação de Moçambique.

³ Ver *Old soldiers never die...* na Secção “Outros Autores” deste Blog.

⁴ Citado por FRANCO NOGUEIRA, *Salazar*, Vol. V, pp. 469-470.

⁵ J. VERÍSSIMO SERRÃO, *Marcello Caetano - Confidências no exílio*, p. 207. Embora Veríssimo Serrão não o afirme explicitamente, é de admitir que esta revelação lhe tenha sido referida pelo próprio Marcello Caetano, embora tal nos pareça improvável, dada a sua completa inverosimilhança.

Isto é, apesar de ser obrigatório, no processo de candidatura ao ingresso na Academia Militar, um documento da PIDE a atestar a *pureza política* dos candidatos, estariam a ingressar na escola de formação de oficiais — e nos seminários — uns quantos jovens previamente doutrinados, os quais, obedecendo a um misterioso *Big Brother*, se preparavam para, alguns anos depois, fazer ruir o regime. Ora o que a carta de Jorge Jardim poderia sugerir é que a tal infiltração subversiva começara muitos anos antes, pois quem fica em causa são as «altas patentes».

Alguns autores, ideologicamente próximos do regime derrubado a 25 de Abril de 1974, não encontram na política dos governos de Salazar e Caetano erros suficientes para justificar a derrocada do *Estado Novo*. Assim, à falta de melhor argumento, é à subversão comunista e a uma série de traições e actos de antiportuguesismo que se devem atribuir os sucessos do pós-25 de Abril.

Como se acentuavam as dúvidas sobre o empenhamento da hierarquia militar na política ultramarina do governo, tornava-se indispensável fazer crer exactamente o contrário. Assim, no dia 22 de Agosto de 1963, o *Diário de Notícias* anunciava na sua 1.^a página:

As Forças Armadas pediram consentimento para exprimir ao Sr. Presidente do Conselho o seu apoio à política ultramarina que o Governo tem seguido.

Obtido o competente consentimento — e seguindo a habitual tática das grandes encenações —, convergem para os *Passos Perdidos* da Assembleia Nacional, a 23 de Agosto de 1963, os principais chefes dos três ramos das Forças Armadas. Na presença de Salazar, o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Câmara Pina, exprime o apoio do aparelho militar do Estado à política do governo em África:

...nesta hora em que nos é lançado um repto clamoroso para provar o que somos, e se o somos fielmente, entenderam as Forças Armadas Portuguesas de Terra, Mar e Ar, ser instante renovarem publicamente junto do Presidente do Conselho, como responsável pela definição da política do País, o propósito intemerato de defender a nossa gente, a nossa terra, os nossos ideais, de jogar a vida na contenda a que nos obrigam. [...]

Os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Força Aérea, acompanhados por centenas dos seus camaradas e com a representação total das tropas d'Aquém e Além-Mar, vêm hoje afirmar solenemente a sua integral adesão à política ultramarina definida pelo Governo e prestar homenagem ao patriotismo do Presidente do Conselho, rendendo-lhe o preito da sua admiração e da sua confiança.⁶

Algun tempo depois, Cunha Leal haveria de referir-se a esta manifestação de vassalagem nos seguintes termos:

...pressupôs-se que os oficiais de todas as armas pediam licença, nos termos regulamentares, para documentarem, diante do Sr. Presidente do Conselho, o seu aplauso e o seu entusiasmo, pelo que teriam sido por ele recebidos no dia 23 de Agosto na simbólica *Sala dos Passos Perdidos* da Assembleia Nacional. Para se vincar bem a espontaneidade desta homenagem, foram nomeados para ali comparecerem os dois mais antigos componentes dos quadros de cada unidade ou serviço.⁷

David Martelo – 1999/2018

⁶ *Diário de Notícias* de 24.08.63.

⁷ CUNHA LEAL, *Ilusões macabras*, p. 89.